

**Relatório dos Auditores Independentes  
acerca dos Controles Internos e  
aspectos mais relevantes das  
Demonstrações Contábeis do  
exercício findo em 31 de dezembro  
de 2017.**

**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE  
IMÓVEIS 8ª REGIÃO – DISTRITO FEDERAL**

31 de dezembro de 2017

**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS  
8ª REGIÃO – DISTRITO FEDERAL**

Demonstrações Contábeis

31 de dezembro de 2017

## Índice

1 - Introdução	03
2 – Relatório circunstanciado das análises realizadas	04
2.1 – Demonstrações Contábeis – Valores em Reais	04
2.1.1 – Caixa e Equivalente de Caixa	08
2.1.1.1 – Circularização	08
2.1.2 – Contas a receber de curto prazo	10
2.1.3 – Demais créditos e valores de curto prazo	12
2.1.3.1 – Tributos e contribuições a recuperar	12
2.1.3.2 – Depósitos Judiciais e Recursais	12
2.1.3.3 – Valores a receber – Cartão de crédito	13
2.1.4 – Ativo realizável a longo prazo – Dívida Ativa Executada	14
2.1.5 – Investimentos – Cotações e ações	14
2.1.6 – Imobilizado	15
2.1.6.1 – Controles patrimoniais	16
2.1.6.2 – Revisão do valor contábil líquido e da vida útil remanescente dos bens registrados no ativo imobilizado	17
2.2. – Passivo e Patrimônio líquido	18
2.2.1 – Salários a pagar	19
2.2.1.1 – Obrigações trabalhistas	19
2.2.2 – Impostos, taxas e contribuições	21
2.2.2.1 – Obrigações tributárias	21
2.2.3 – Provisões para demandas judiciais	22
2.3 – Análise das conta de resultado	24
2.3.1 – Receitas	22
2.3.2 – Despesas	25
2.3.3 – Notas explicativas	27
3 – Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis	29

## 1 - Introdução

De acordo com o contrato de prestação de serviços de auditoria, realizamos nossos trabalhos voltados à avaliação das demonstrações contábeis e do ambiente de controles internos do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 8ª Região – Distrito Federal no exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

O presente relatório está baseado em nosso trabalho de revisão e nas informações disponíveis a partir dos documentos e informações fornecidas pelos funcionários do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 8ª Região – Distrito Federal.

Como parte integrante dos nossos trabalhos, anexamos, à presente, relatório contendo recomendações sobre controles internos, procedimentos contábeis e segurança patrimonial, decorrentes de aspectos ou assuntos que vieram ao nosso conhecimento quando da aplicação de determinados testes seletivos, de acordo com as normas de auditoria, quando de nossa visita para revisão dos saldos contábeis e avaliação dos controles internos do Conselho Regional de Corretores de Imóveis 8ª Região – Distrito Federal. Aproveitamos esta oportunidade para agradecer a colaboração recebida do pessoal do Conselho durante a execução dos nossos trabalhos.

Colocando-nos ao dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S  
CRC DF-001326/O-4

Ricardo da Silva Farias Passos  
Contador CRC DF-015504/O-2

## 2. Relatório circunstanciado das análises realizadas

### 2.1 Demonstrações Contábeis – Valores em Reais

#### Balanco Patrimonial

BALANÇO PATRIMONIAL		<u>31/12/2017</u>	VH %	<u>31/12/2016</u>
<p>O Balanço Patrimonial é uma das demonstrações contábeis que tem por objetivo mostrar a situação financeira e patrimonial de uma entidade em uma determinada data.</p> <p>É dividido em: Ativo (bens e direitos), Passivo (exigibilidades e obrigações) e o Patrimônio Líquido, que é resultante da diferença entre o total de ativos e passivos.</p>	<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>980.349,95</b>	<b>(27%)</b>	<b>1.340.220,76</b>
	Caixa e equivalentes de caixa	553.439,95	(17%)	663.587,52
	Créditos de curto prazo	391.002,36	(42%)	667.875,80
	Demais créditos de curto prazo	35.907,14	310%	8.757,44
	<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>11.895.958,34</b>	<b>(5%)</b>	<b>12.525.744,41</b>
	Ativo realizável a longo prazo	1.067.979,69	(13%)	1.228.229,38
	Investimentos	2.201,16	0%	2.201,16
	Imobilizado	10.825.777,49	(4%)	11.295.313,87
	<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>12.876.307,79</b>	<b>(7%)</b>	<b>13.865.965,17</b>
	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>337.468,15</b>	<b>27%</b>	<b>264.971,95</b>
	Obrigações trabalhistas e previdenciárias	136.731,85	8%	126.995,09
	Obrigações de curto prazo	112.108,63	8%	104.019,33
	Demais obrigações de curto prazo	88.627,67	161%	33.957,53
	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>0</b>	<b>0%</b>	<b>0</b>
	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>12.538.839,64</b>	<b>(8%)</b>	<b>13.600.993,22</b>
	Patrimônio Social	12.538.839,64	(8%)	13.600.993,22
	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>12.876.307,79</b>	<b>(7%)</b>	<b>13.865.965,17</b>

### Demonstração de Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais evidencia as alterações ocorridas no patrimônio do Conselho durante o período, resultantes ou independentes da execução orçamentária e revela o Resultado Patrimonial, que pode ser positivo ou negativo, dependendo do resultado líquido das variações positivas e negativas	<u>31/12/2017</u>	<u>VH %</u>	<u>31/12/2016</u>
<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA</b>	<b>5.167.083,35</b>	<b>(60%)</b>	<b>12.932.769,07</b>
Contribuições	4.183.018,53	(14%)	4.873.758,10
Exploração de bens e serviços	664.588,02	(6%)	708.343,68
Financeiras	302.216,57	14%	266.279,47
Transferências	0	(100%)	17.000,00
Valorização e ganhos com ativos	0	(100%)	7.060.390,98
Outras variações patrimoniais	17.260,23	147%	6.996,84
<b>VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA</b>	<b>6.229.236,93</b>	<b>1%</b>	<b>6.184.914,86</b>
Pessoal e encargos	2.590.649,72	13%	2.295.074,39
Benefícios assistenciais	22.583,50	(41%)	38.151,21
Uso de bens e serviços	2.510.337,94	15%	2.189.470,81
Transferências	1.103.616,76	12%	983.641,41
Desvalorização e perdas de ativos	0	(100%)	669.370,04
Outras variações patrimoniais diminutivas	2.049,01	(78%)	9.207,00
<b>DÉFICIT / SUPERÁVIT</b>	<b>(1.062.153,58)</b>	<b>(735%)</b>	<b>6.747.854,21</b>

## Balanco Orçamentário



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS 8ª REGIÃO - DF**  
**SDS N. 44 BLOCO A SALAS 401/410 ED. BOULEVARD CENTER**  
**BRASILIA-DF**  
**Telefone: (61) 3321-1010**

### Balanco Orçamentário

Ano do Exercício: 2017

Período: 01/01/2017 até 31/12/2017

Número Conta	Descrição	Previsão Inicial	Previsão Atualizada	Receita Realizada	Saldo	
<b>6.2.1</b>	<b>RECEITAS CORRENTES PREVISTAS</b>	<b>6.498.000,00</b>	<b>6.498.000,00</b>	<b>5.587.398,06</b>	<b>910.601,94</b>	
6.2.1.1	CONTRIBUIÇÕES	4.866.000,00	4.866.000,00	4.436.620,76	429.379,24	
6.2.1.2	EXPLORAÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	782.000,00	782.000,00	664.835,02	117.164,98	
6.2.1.3	FINANCEIRAS	240.000,00	240.000,00	325.487,78	-85.487,78	
6.2.1.4	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	610.000,00	610.000,00	160.349,69	449.650,31	
6.2.1.9	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	104,81	-104,81	
	<b>TOTAL DAS RECEITAS:</b>	<b>6.498.000,00</b>	<b>6.498.000,00</b>	<b>5.587.398,06</b>	<b>910.601,94</b>	
	DÉFICIT			170.252,67		
	TOTAL GERAL:			5.757.650,73		
Número Conta	Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atual	Empenhada	Liquidadada	Crédito Disponível
<b>6.3.1</b>	<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.945.000,00</b>	<b>6.306.200,00</b>	<b>6.072.261,19</b>	<b>5.726.384,01</b>	<b>233.938,81</b>
6.3.1.1	PESSOAL E ENCARGOS	2.669.000,00	2.788.096,01	2.787.296,01	2.697.777,70	800,00
6.3.1.2	BENEFÍCIOS ASSISTENCIAIS	300.000,00	345.200,00	345.200,00	293.748,91	0,00
6.3.1.3	USO DE BENS E SERVIÇOS	2.051.000,00	2.068.903,99	1.835.765,18	1.631.240,64	233.138,81
6.3.1.5	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	925.000,00	1.104.000,00	1.104.000,00	1.103.616,76	0,00
<b>6.3.2</b>	<b>DESPESAS DE CAPITAL CRÉDITO DISPONÍVEL</b>	<b>553.000,00</b>	<b>191.800,00</b>	<b>31.270,72</b>	<b>31.266,72</b>	<b>160.529,28</b>
6.3.2.1	INVESTIMENTOS	185.000,00	191.800,00	31.270,72	31.266,72	160.529,28
6.3.2.9	RESERVA DE CONTINGÊNCIAS	368.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	<b>TOTAL DAS DESPESAS:</b>	<b>6.498.000,00</b>	<b>6.498.000,00</b>	<b>6.103.531,91</b>	<b>5.757.650,73</b>	<b>394.468,09</b>
	TOTAL GERAL:				5.757.650,73	

## Balanço Financeiro



**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMOVEIS 8ª REGIÃO - DF**  
 SDS N. 44 BLOCO A SALAS 401/410 ED. BOULEVARD CENTER  
 BRASILIA-DF  
 Telefone: (61) 3321-1010

### Balanço Financeiro

Ano do Exercício: 2017

Período: 01/01/2017 até 31/12/2017

Número Conta	Ingressos Títulos	Valor	Número Conta	Despêndios Títulos	Valor
	<b>RECEITA ORÇAMENTARIA</b>	<b>5.587.398,06</b>		<b>DESPESA ORÇAMENTARIA</b>	<b>5.757.650,73</b>
6.2.3	RECEITAS CORRENTES REALIZADA	5.587.398,06	6.3.5	DESPESAS CORRENTES LIQUIDADAS	5.726.384,01
6.2.4	RECEITAS DE CAPITAL REALIZADAS	0,00	6.3.6	DESPESAS DE CAPITAL LIQUIDADAS	31.266,72
	<b>RECEITA EXTRA-ORÇAMENTARIA</b>	<b>12.995.767,31</b>		<b>DESPESA EXTRA-ORÇAMENTARIA</b>	<b>12.935.662,21</b>
1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	64.993,63	1.1.3.1	ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS A PESSOAL E A TERCEIROS	64.382,86
1.1.3.4	CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	1.379,89	1.1.3.4	CREDITOS POR DANOS AO PATRIMONIO	44,95
1.1.3.5	DEPOSITOS RESTITUTIVEIS E VALORES VINCULADOS	0,00	1.1.3.5	DEPOSITOS RESTITUTIVEIS E VALORES VINCULADOS	9.200,00
1.1.3.6	OUTROS CREDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	1.188.162,30	1.1.3.6	OUTROS CREDITOS E VALORES DE CURTO PRAZO A RECEBER	1.208.058,52
2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	2.233.209,85	2.1.1.1	PESSOAL A PAGAR	2.227.116,59
2.1.1.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	500.055,07	2.1.1.2	ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	496.411,57
2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.453.428,51	2.1.2.1	OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO	2.445.339,21
2.1.3.2	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	1.050.616,76	2.1.3.2	TRANSFERÊNCIAS LEGAIS	995.946,62
2.1.3.3	VALORES EM TRANSITO	5.487.060,22	2.1.3.3	VALORES EM TRANSITO	5.487.060,22
3.9.1.1.01.01.003	AJUSTE FINANCEIRO	0,00	3.9.1.1.01.01.003	AJUSTE FINANCEIRO	2.049,01
4.9.1.1.01.01.006	BAIXA DIVIDAS PASSIVAS	16.861,08	4.9.1.1.01.01.006	BAIXA DIVIDAS PASSIVAS	52,66
1.1.1.1	DISPONIVEL DO EXERCICIO ANTERIOR	663.587,52	1.1.1.1	DISPONIVEL PARA O EXERCICIO SEGUINTE	563.439,95
	<b>TOTAL GERAL</b>	<b>19.246.752,89</b>		<b>TOTAL GERAL</b>	<b>19.246.752,89</b>

### 2.1.1 Caixa e equivalente de caixa

---

O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investimento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Durante a realização dos nossos trabalhos, adotamos os seguintes procedimentos:

- Analisamos os saldos e as conciliações contábeis de bancos e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017;
- Confirmamos junto às instituições financeiras os saldos registrados no Caixa e Equivalentes de Caixa para a data-base finda em 31 de dezembro de 2017.

Seguem os nossos comentários:

#### 2.1.1.1 – Circularização (Confirmação de saldos)

Foram encaminhadas Cartas de Circularização (confirmação dos saldos) para todos os bancos que o CRECI-DF possui relacionamentos, tal procedimento visa confirmar com as respectivas instituições financeiras se os valores registrados na contabilidade e nos controles do Conselho estão apropriados na data-base de 31 de dezembro de 2017. Informamos que não obtivemos a resposta de duas cartas encaminhadas, conforme demonstrativo a seguir apresentado:

Banco Conta Movimento			Respondido		Comentários
			Sem divergência	Com divergência	
Banco	Descrição	Saldo em 31/12/2017			
Caixa Econômica Federal	C/C – 025.136-0	R\$ 18.413,90			<b><u>Não recebemos a resposta.</u></b>
Caixa Econômica Federal	C/C – 041.382-8	R\$ 7.962,76			<b><u>Não recebemos a resposta.</u></b>
Banco do Brasil	C/C – 193.378-7	R\$ 6.164,13	R\$ 6.164,13		
Banco de Brasília	C/C – 003.786-8	R\$ 108.519,95		R\$ 108.643,55 (a)	
Banco de Brasília	C/C – 040.163-2	R\$ 86.430,51	R\$ 86.430,51		
<b>Poupança</b>					
Banco de Brasília	C/P – 005.911-0	R\$ 64.700,47	R\$ 64.700,47		
<b>Aplicações Financeiras</b>					
Banco de Brasília	C/C – 040.163-2	R\$ 261.248,23	R\$ 261.248,23		
<b>Total – Caixa e equivalente de caixa</b>		<b>R\$ 553.439,95</b>			

(a) O departamento financeiro apresentou explicações sobre a diferença apontada. Foi apresentado cópia do Cheque 013523, emitido no dia 21 de dezembro de 2017, no valor de R\$ 120,00, que foi compensado somente no dia 04/01/2018.

Nunca será por demais ressaltar a importância de que se reveste a elaboração dos relatórios extra contábeis para suportar as conciliações contábeis. Estes relatórios representam um controle primordial que possibilita a imediata detecção de lançamentos não usuais ou não autorizados. Nesse sentido, as conciliações devem ser preparadas de maneira criteriosa observando as pendências, que devem ser prontamente investigadas e tomadas as providências para eliminá-las.

## 2.1.2 Contas a receber de curto prazo

---

Para a validação dos valores a receber, adotamos o seguinte procedimento:

- Analisamos a composição gerencial dos valores a receber com os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2017 (contas a receber, adiantamentos a terceiros e outros créditos);

São registrados pelo regime de competência e compreendem os créditos relativos às anuidades, multas de infrações, juros de mora, atualização monetária e multas, cuja provável realização ocorrerá até o término do exercício seguinte.

### 2.1.2.1– Anuidades

Solicitamos a composição analítica das anuidades a receber em 31 de dezembro de 2017, segregadas por Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, e fomos informados que o Conselho não possui essas informações detalhadas. Como consequência, ficamos limitados de revisar adequadamente os saldos apresentados na data-base de 31 de dezembro de 2017.

A emissão de relatórios com a posição totalizada do contas a receber facilitará a tarefa de conciliação pela contabilidade, otimizando o tempo despendido na atividade, assegurando que os registros contábeis são apropriados. A utilização de relatórios auxiliares e analíticos com totais gerais para resumir as operações diárias ou agrupadas, é um meio de:

- comparar as operações iniciadas em um departamento com os registros efetuados nos departamentos envolvidos no seu trâmite;
- assegurar a integridade (totalidade) dos valores referentes as anuidades e
- proporcionar a contabilidade informações necessárias para eventuais ajustes contábeis, por meio de conciliações com os registros auxiliares, assegurando que as operações foram processadas e registradas.

Não obstante, alertamos que os procedimentos de reconhecimento da perda estimada dos créditos de liquidação duvidosa devem estar respaldados nos Princípios de Contabilidade, em especial: oportunidade e prudência.

### 2.1.3 Demais créditos e valores de curto prazo

---

#### 2.1.3.1– Tributos e contribuições a recuperar

Solicitamos as composições dos tributos e contribuições a recuperar e fomos informados que o Conselho não possuía a respectiva composição para a data-base de 31 de dezembro de 2017.

Recomendamos que o Conselho realize um estudo quanto à realização dos tributos a recuperar, verificando a real possibilidade de recuperação dos respectivos tributos.

#### 2.1.3.2– Depósitos judiciais

O Conselho não apresentou a documentação pertinente aos depósitos judiciais. Sugerimos ao setor jurídico, preparar mensalmente uma posição com todos os processos em aberto, com os respectivos valores dos depósitos judiciais, caso existam, para que a contabilidade tenha condições de efetuar as conciliações pertinentes à rubrica de depósitos judiciais e ajustar a provisão para contingência passiva.

Para tanto, é necessário efetuar um inventário físico de todos os processos envolvendo o Conselho, para aqueles em que houver uma perspectiva de perda, deve ser feita a provisão para contingência.

### 2.1.3.3– Valores a receber – Cartão de crédito

Solicitamos as composições dos valores a receber dos cartões de créditos e fomos informados que o Conselho não possuía a respectiva composição para a data-base de 31 de dezembro de 2017.

Recomendamos a elaboração periódica de demonstrativo por bandeiras dos cartões, agrupados por vencimento. Este demonstrativo serve, sobretudo, como instrumento de controle gerencial sobre as situações de inadimplência e acompanhamento dos prazos de cobrança.

Para garantir a exatidão das informações, o total da posição deve ser comparado com o saldo registrado na contabilidade. As diferenças encontradas devem ser investigadas e explicadas satisfatoriamente. No caso de ocorrer diferenças não explicadas satisfatoriamente, o fato deve ser levado ao conhecimento da administração.

#### 2.1.4 Ativo realizável a longo prazo – Dívida Ativa Executada

---

Solicitamos a composição analítica das anuidades ingressadas na dívida ativa a receber em 31 de dezembro de 2017, segregadas por Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, e fomos informados que o Conselho iniciou o protesto dos profissionais e empresas em débito devido alteração do marco prescricional instituído pela lei 12.514/2011. Dessa forma, os relatórios e processo de trabalho estão sendo reajustados. Como consequência, ficamos limitados de revisar adequadamente os saldos apresentados na data-base de 31 de dezembro de 2017.

#### 2.1.5 Investimentos – Cotas e ações

---

Solicitamos a documentação comprobatória dos investimentos e fomos informados que o Conselho não possui controles na data-base de 31 de dezembro de 2017. Dessa forma, ficamos limitados de validar o saldo registrado na contabilidade naquela data-base.

## 2.1.6 Imobilizado

### 2.1.6.1– Controles patrimoniais

Solicitamos os relatórios patrimoniais que suportam os saldos da contabilidade em 31 de dezembro de 2017, confrontamos os saldos apresentados nos relatórios patrimoniais e obtivemos os seguintes resultados:

**Data-Base: 31 de dezembro de 2017 – Valores em Reais**

<b>Histórico</b>	<b>Saldo Contábil</b>	<b>Controle Operacional</b>	<b>Divergência</b>
Mobiliários em geral	181.815,80	181.525,50	290,30
Máquinas e equipamentos	45.066,12	45.066,12	--
Utensílios de copa e cozinha	4.960,00	4.960,00	--
Veículos	432.994,00	432.994,00	--
Equipamentos de processamento de dados	104.597,40	103.177,00	1.420,40
Obras de arte	120,00	120,00	--
Aparelhos e equipamentos de comunicações	12.029,00	12.029,00	--
Aparelhos e equipamentos de intercomunicações	1.906,63	1.920,00	(13,37)
Equipamento para áudios, vídeos e fotos	14.528,13	19.479,00	(4.950,87)
Edifício – SEDE	8.605.000,00	8.605.000,00	--
Salas e escritórios	2.150.000,00	2.150.000,00	--

Ressaltamos que os controles elaborados pela área patrimonial suportam os números apresentados na contabilidade, porém os relatórios operacionais apresentam divergências imateriais.

Cabe salientar que não nos foi repassado o mapa de depreciação dos bens registrados no ativo imobilizado.

#### 2.1.6.2 Revisão do valor contábil líquido e da vida útil remanescente dos bens registrados no ativo imobilizado

Na data-base de 31 de dezembro de 2017, o Conselho não realizou a revisão do valor contábil líquido e da vida útil remanescente dos bens registrados no ativo imobilizado. Como consequência, não foi possível formar uma opinião quanto à adequação dos valores representativos desses ativos naquela data.

Sugerimos ao Conselho observar os seguintes fatores na realização dos trabalhos de avaliação do ativo imobilizado:

(a) uso esperado do ativo. O uso é avaliado com base na capacidade esperada do ativo ou na produção física;

(b) desgaste e quebra física esperada, que depende de fatores operacionais, como, por exemplo, o número de turnos para os quais o ativo é utilizado, programas de reparo e manutenção e o cuidado e a manutenção do ativo enquanto estiver ocioso;

(c) obsolescência técnica ou comercial proveniente de mudanças ou melhorias na produção, ou de mudança na demanda do mercado para o produto ou serviço resultante do ativo;

(d) limites legais ou semelhantes no uso do ativo, tais como as datas de término dos arrendamentos mercantis relacionados.

Lembramos que as taxas fiscais de depreciação utilizadas pela Receita Federal do Brasil não representam o real desgaste dos bens. Dessa forma, o estudo ora recomendado permitirá a adoção de taxas de depreciação reais, possibilitando, dessa maneira, a demonstração contábil do imobilizado de forma realista.

O Conselho deve avaliar a necessidade de realizar ajustes contábeis em decorrência de valores não recuperáveis no ativo imobilizado. O valor recuperável é determinado para um ativo individual, a menos que o ativo não gere entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo, que são, em grande parte, independentes daquelas provenientes de outros ativos ou de grupos de ativos.

O valor recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence, a menos que o valor justo líquido de despesas de venda do ativo seja maior do que seu valor contábil, ou o valor em uso do ativo possa ser estimado como sendo próximo do valor justo líquido de despesas de alienação e este possa ser mensurado.

## 2.2 Passivo e Patrimônio Líquido

O Passivo Total de R\$ 12.876.307,79 é composto por:

- 3% de Passivo Circulante;
- 0% de Passivo não Circulante; e
- 97% de Patrimônio Líquido.

Em termos comparativos, houve uma redução de 7% no exercício de 2017 em relação ao ano de 2016. Em termos absolutos essa redução de R\$ 989.657,38.

Passivo é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cuja liquidação se espera que resulte na saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos, dividido entre circulante e não circulante. A classificação entre circulante e não circulante obedece aos mesmos critérios do Ativo. Patrimônio Líquido é o interesse residual nos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

## 2.2.1 Salários a pagar

### 2.2.2.1 – Obrigações trabalhistas

Solicitamos as folhas de pagamentos do período compreendido entre janeiro a dezembro de 2017, e testamos as informações apresentadas na folha de pagamento referente ao mês de novembro de 2017. A seguir apresentamos o resultado das nossas análises:

<b>Remuneração a pagar</b>			
<b>Data</b>	<b>Histórico</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Resumo - Folha</b>
10/11/2017	APROPRIAÇÃO FOLHA DE PAGAMENTO REF. NOV/2017	R\$ 129.593,40	
	SALÁRIO EMPREGADO		R\$ 92.582,41
	ANUENIO		R\$ 7.144,21
	GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO		R\$ 29.560,93
	OUTROS		R\$ 305,85
	<b>TOTAL</b>	<b>R\$ 129.593,40</b>	<b>R\$ 129.593,40</b>

<b>Encargos patrimoniais</b>			
<b>Data</b>	<b>Histórico</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Resumo- Folha</b>
01/11/2017	LIQUIDAÇÃO FGTS REF. OUTUBRO/2017	R\$ 8.724,68	(a)
30/11/2017	LIQUIDAÇÃO FGTS REF. NOVEMBRO/2017	R\$ 9.608,77	R\$ 8.318,63 (b)
30/11/2017	LIQUIDAÇÃO INSS ENTIDADE REF. NOVEMBRO/2017	R\$ 27.163,94	R\$ 28.474,35

(a) Despesa contabilizada fora da competência correta

(b) A diferença refere-se ao adiantamento da primeira parcela do décimo terceiro salário.

<b>Benefícios a pessoal</b>			
<b>Data</b>	<b>Histórico</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Pagamento</b>
10/11/2017	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM PLANO DE SAUDE	29.068,42	29.068,42

<b>Benefícios assistenciais</b>			
<b>Data</b>	<b>Histórico</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Resumo – Folha</b>
30/11/2017	APROPRIAÇÃO FOLHA DE PAGAMENTO REF. NOV/2017	R\$ 1.750,00	R\$ 1.750,00

<b>Conta contábil – Despesas com Serviços (contas de resultado)</b>			
<b>Data</b>	<b>Histórico</b>	<b>Valor Contábil</b>	<b>Resumo – Folha</b>
30/11/2017	APROPRIAÇÃO FOLHA DE PAGAMENTO REF. NOV/2017	R\$ 18.879,94 <b>(c)</b>	R\$ 18.879,94
30/11/2017	APROPRIAÇÃO FOLHA DE PAGAMENTO REF. NOV/2017	R\$ 3.529,80 <b>(d)</b>	R\$ 3.529,80

**(c)** – Despesa referentes a vale alimentação contabilizada indevidamente como serviços.

**(d)** – Despesa referentes a vale transporte contabilizada indevidamente como serviços.

## 2.2.2 Impostos, taxas e contribuições

### 2.2.2.1 – Obrigações tributárias

Solicitamos as memórias de cálculos das obrigações tributárias na data-base de 31 de dezembro de 2017, e confrontamos as informações apresentadas com os saldos contábeis para a mesma data-base. A seguir apresentamos os resultados das nossas análises:

CONTA	FORNECEDOR	CONTÁBIL	CONTROLE	DIFERENÇA
2101070701	IRRF PESSOA JURIDICA A RECOLHER	26.331,97	26.331,97	--
2101070702	IRRF ASSALARIADO A RECOLHER	234.505,08	--	234.505,08 <b>(a)</b>
2101070704	PIS/COFINS/CSLL A RECOLHER	99.264,91	99.483,75	(218,84) <b>(b)</b>
2101070705	INSS RETENCAO A RECOLHER	6.261,03	6.261,03	--
2101070706	ISS SUBSTITUICAO TRIBUTARIA A RECOLHER	45.409,41	45.709,40	(299,99) <b>(b)</b>
2101070707	ISS RETIDO A RECOLHER	245,95	245,95	--
TOTAL		<b>412.018,35</b>	<b>178.032,10</b>	<b>233.986,25</b>

**(a)** O Conselho não disponibilizou a composição da referida conta.

**(b)** A diferença apresentada foi conciliada pelo Conselho.

### 2.2.3 Provisões para demandas judiciais

---

As provisões podem ser distinguidas de outros passivos quando há incertezas sobre os prazos e valores que serão desembolsados ou exigidos para sua liquidação. O termo "contingente" é utilizado para passivos e ativos não reconhecidos em virtude de sua existência depender de um ou mais eventos futuros incertos que não estejam totalmente sob o controle da empresa. Assim, uma provisão somente deve ser reconhecida quando atender, cumulativamente, as seguintes condições:

(a) a entidade tem uma obrigação legal ou não formalizada presente como consequência de um evento passado;

(b) é provável a saída de recursos para liquidar a obrigação;  
e

(c) pode ser feita estimativa confiável do montante da obrigação.

Os requisitos exigidos para o reconhecimento das provisões estão vinculados ao conceito de passivo e, quando tais passivos não atendem aos critérios necessários para o seu reconhecimento, são tratados na norma como passivos contingentes.

O Pronunciamento CPC 25, traz os seguintes quadros demonstrativos:

### Provisão e passivos contingentes

São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, pode haver uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos futuros na liquidação de: (a) obrigação presente; ou (b) obrigação possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.		
<b>Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.</b>	<b>Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos.</b>	<b>Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.</b>
A provisão é reconhecida.	Nenhuma provisão é reconhecida	Nenhuma provisão é reconhecida
Divulgação é exigida para a provisão.	Divulgação é exigida para o passivo contingente.	Nenhuma divulgação é exigida.

### Ativos contingentes

São caracterizados em situações nas quais, como resultado de eventos passados, há um ativo possível cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.		
<b>A entrada de benefícios econômicos é praticamente certa.</b>	<b>A entrada de benefícios econômicos é provável, mas não praticamente certa.</b>	<b>A entrada não é provável.</b>
O ativo não é contingente	Nenhum ativo é reconhecido	Nenhum ativo é reconhecido.
-----	Divulgação é exigida	Nenhuma divulgação é exigida.

Solicitamos uma posição das contingências junto aos assessores jurídicos que prestam serviços para o Conselho, recebemos as respostas dos respectivos assessores e identificamos uma contingência trabalhista, cuja provisão não foi constituída nas demonstrações contábeis, conforme demonstrativo a seguir relacionado:

Possibilidade de Perda	Processo – Causa Trabalhista	Saldo total dos Assessores Jurídicos	Provisões Contábeis	Valor não registrado
Provável	0001730-74.2016.5.10.0004	R\$ 473.142,47	---	R\$ 473.142,47
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 473.142,47</b>		

Diante do exposto, recomendamos ao Conselho regularizar a seguinte situação com a realização dos ajustes necessários, uma vez que o resultado patrimonial apresentado pelo Conselho apresenta a respectiva distorção.

### 2.3 Análise das contas de resultado

#### RECEITAS

São aumentos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da entrada de recursos ou do aumento de ativos ou diminuição de passivos, que resultam em aumentos do patrimônio líquido.

#### DESPESAS

São decréscimos nos benefícios econômicos durante o período contábil, sob a forma da saída de recursos ou da redução de ativos ou assunção de passivos, que resultam em decréscimo do patrimônio líquido.

#### 2.3.1 Receitas

---

O Conselho não apresentou conciliações contábeis que demonstrem que as receitas foram registradas em conformidade com o regime de competência. Lembramos que os valores registrados nas rubricas de resultado patrimonial devem ser escriturados pelo regime de competência contábil aplicado tanto para as receitas quanto para as despesas.

### 2.3.2 Despesas

Selecionamos por amostragem despesas registradas no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e solicitamos a documentação comprobatória do respectivo pagamento e realizamos as nossas análises, a seguir apresentamos o resultado das nossas análises:

DATA	Número da conta	Tipo	Histórico	Valor	
10/01/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM LOCAÇÃO DE SOFTWARE	658,33	b
20/01/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS DE ARQUIVAMENTO	550,29	b
23/01/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM ENERGIA ELETRICA	377,13	a
24/01/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM TAXA CONDOMINIOS	619,93	a
31/01/17	3.5.1.1.01.01.001	Subvenções	LIQUIDAÇÃO COTA PARTE REF. JANEIRO/2017	207.877,61	a
01/02/17	3.3.1.1.01.01.001	Material de consumo	COMPROVAÇÃO ZENILZA OLIVEIRA NEVES LIMA 11022	48,00	a
07/02/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM TELECOMUNICAÇÕES	129,58	a
10/02/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS DE ASSISTENCIA	102,05	d
20/02/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS DE ARQUIVAMENTO	496,69	b
28/02/17	3.5.1.1.01.01.001	Subvenções	LIQUIDAÇÃO COTA PARTE REF. FEVEREIRO/2017	91.293,91	a
01/03/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM ESTAGIARIOS	9.657,80	a
02/03/17	3.3.1.1.01.01.001	Material de consumo	COMPROVAÇÃO ZENILZA OLIVEIRA NEVES LIMA 042174	6,98	a
07/03/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS SISTEMAS DE PROC. DADOS	2.082,21	b
15/03/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM JETONS	468,50	a
28/03/17	3.3.1.1.01.01.001	Material de consumo	COMPROVAÇÃO ZENILZA OLIVEIRA NEVES LIMA 023243	38,70	a
28/03/17	3.3.1.1.01.01.001	Material de consumo	COMPROVAÇÃO ZENILZA OLIVEIRA NEVES LIMA 182095	290,00	a
31/03/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM ESTAGIARIOS	8.360,70	a
01/04/17	3.5.1.1.01.01.001	Subvenções	LIQUIDAÇÃO COTA PARTE REF. MARÇO/2017	94.748,94	a
07/04/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM TELECOMUNICAÇÕES	187,11	e
10/04/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM ESTAGIARIOS	290,83	a
13/04/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM JETONS	1.405,50	a
17/04/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS DE APOIO/CONSULTA	61,00	a
24/04/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS TERCEIRIZADOS	13.285,69	f
26/04/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS GRAFICOS	147,50	a
27/04/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM MANUTENÇÃO VEICULOS	160,00	b
27/04/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM JETONS	1.405,50	a
28/04/17	3.5.1.1.01.01.001	Subvenções	LIQUIDAÇÃO COTA PARTE REF. ABRIL/2017	128.224,40	a
02/05/17	3.3.1.1.01.01.001	Material de consumo	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE COMBUSTIVEIS	450,93	a
22/05/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS DE ARQUIVAMENTO	574,20	b
24/05/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM TAXA CONDOMINIOS	19.160,59	a
31/05/17	3.5.1.1.01.01.001	Subvenções	LIQUIDAÇÃO COTA PARTE REF. MAIO/2017	91.544,75	a
05/06/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS MEDICOS TRABALHO	400,00	b
12/06/17	3.3.1.1.01.01.001	Material de consumo	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM AQUISIÇÃO MATERIAL EXPEDIENTE	268,80	a
12/06/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	DESPESAS COM TAXAS DE IPTU/TLP 2017	10.752,12	a

20/06/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS DE ARQUIVAMENTO	52,10	b
22/06/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM JETONS	1.405,50	a
27/06/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS POSTAIS	9.291,40	b
30/06/17	3.5.1.1.01.01.001	Subvenções	LIQUIDAÇÃO COTA PARTE REF. JUNHO/2017	77.779,37	a
19/07/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM JETONS	468,50	a
07/08/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS SISTEMAS DE PROC. DADOS LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS DE MONITORAMENTO VEICULAR	1.680,00	b
14/08/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM ENERGIA ELETRICA	57,03	a
21/08/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS SISTEMAS DE PROC. DADOS	2.183,40	b
24/08/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM JETONS	1.874,00	a
25/08/17	3.3.1.1.01.01.001	Material de consumo	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM AQUISIÇÃO MATERIAL EXPEDIENTE	310,00	a
31/08/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	APROPRIAÇÃO FOLHA DE PAGAMENTO REF. AGOSTO/2017 LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM CONFECÇÃO DE CEDULAS DE IDENTIDADE	8.294,40	g
01/09/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM DOAÇÕES	2.825,00	a
05/09/17	3.5.1.1.01.01.002	Doações	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM DOAÇÕES	500,00	a
06/09/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM LOCAÇÃO DE GARAGENS	308,00	a
08/09/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS SISTEMAS DE PROC. DADOS	1.680,00	b
19/09/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM TELECOMUNICAÇÕES	124,07	b
20/09/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS DE ARQUIVAMENTO	520,84	b
28/09/17	3.3.1.1.01.01.001	Material de consumo	COMPROVAÇÃO ZENILZA OLIVEIRA NEVES LIMA 097709	5,50	a
03/10/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM JETONS	468,50	a
26/10/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DIARIAS REF. OUT/2017	5.596,40	a
31/10/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS BANCARIOS	91,00	a
16/11/17	3.3.1.1.01.01.001	Material de consumo	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE	268,50	a
16/11/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS DE ENVIO DE SMS	124,92	b
16/11/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM MANUTENÇÃO VEICULOS	140,00	a
15/12/17	3.3.1.1.01.01.001	Material de consumo	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE OUTROS MATERIAIS	222,01	a
19/12/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM TELECOMUNICAÇÕES	104,81	a
21/12/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM JETONS	468,50	a
22/12/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM AQUISIÇÃO DE SEGUROS EM GERAL LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS DE MONITORAMENTO VEICULAR	2.315,23	b
29/12/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM TELECOMUNICAÇÕES	570,88	b
29/12/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM TELECOMUNICAÇÕES	1.909,69	a
29/12/17	3.3.1.1.01.01.002	Serviços	LIQUIDAÇÃO DESPESAS COM SERVIÇOS BANCARIOS	2.643,23	e

## Comentários

- (a) Obtivemos resultados satisfatórios;
- (b) Não nos foram apresentados os processos licitatórios que suportam a contratação das despesas registradas nas demonstrações contábeis.;
- (c) Despesa registrada de forma inadequada, uma vez que as despesas referem-se a tarifas bancárias;
- (d) Despesa registrada de forma inadequada, uma vez que as despesas referem-se a TV a cabo;

- (e) Não localizamos a liquidação financeira das respectivas despesas;
- (f) Contratação de forma emergencial, fomos informados que existe em andamento o processo licitatório nº 59459 e 2018.8.30070600, que está sendo ajustado para atender a IN nº 05/2017, que estabelece diretrizes para a contratação de serviços terceirizados. O Conselho atentar-se para o cumprimento de prazo previsto no art. 24, inc. IV da Lei 8.666/93, uma vez que esse prazo não foi respeitado pelo Conselho.
- (g) Despesa registrada de forma inadequada.

### 2.3.3 Notas explicativas

---

O Conselho não elabora as notas explicativas. Para melhor divulgação e transparência, recomendamos a elaboração das notas explicativas, com atenção para os seguintes itens:

- (a) Apresentar informação acerca da base para a elaboração das demonstrações contábeis e das políticas contábeis específicas utilizadas;
- (b) divulgar a informação requerida pelos Pronunciamentos Técnicos, Orientações e Interpretações do Conselho Federal de Contabilidade que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis;  
e
- (c) prover informação adicional que não tenha sido apresentada nas demonstrações contábeis, mas que seja relevante para sua compreensão.

As notas explicativas devem ser apresentadas, tanto quanto seja praticável, de forma sistemática. Na determinação de forma sistemática, o Conselho deve considerar os efeitos sobre a compreensibilidade e comparabilidade das suas demonstrações contábeis. Cada item das demonstrações contábeis deve ter referência cruzada com a respectiva informação apresentada nas notas explicativas.

O Conselho deve divulgar suas políticas contábeis significativas que compreendem:

- as bases de mensuração utilizadas na elaboração das demonstrações contábeis; e
- outras políticas contábeis utilizadas que sejam relevantes para a compreensão das demonstrações contábeis.

### 3 Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

Diretores e Conselheiros

**CONSELHO REGIONAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS 8ª – REGIÃO – DISTRITO FEDERAL**

Brasília-DF

#### **Opinião com ressalvas**

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Corretores Regional de Imóveis - 8ª - Região – Distrito Federal, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial, financeiro, orçamentário e as respectivas demonstrações das variações patrimoniais para o exercício findo naquela data.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada “Base para opinião com ressalvas”, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Corretores Regional de Imóveis - 8ª - Região – Distrito Federal, em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, em conformidade com o disposto na Lei nº 4.320/64 e em observância às normas brasileiras de contabilidade aplicadas ao setor público.

#### **Base para opinião com ressalvas**

#### **Apresentação das demonstrações contábeis**

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração do Conselho e devem ser elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil em conformidade com a Lei nº 4.320/64, em observância às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e sua nova harmonização internacional. O Conselho não apresentou as Notas Explicativas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

### **Aprimoramento no processo licitatório**

Os Conselhos de Classe sujeitam-se às regras de licitação, conforme expressa determinação do parágrafo único do art. 1º da Lei 8.666/93. Constatamos a necessidade de aprimoramento nos processos licitatórios elaborados pelo Conselho.

### **Anuidades a receber (curto e longo prazo)**

Solicitamos a composição analítica das anuidades a receber de curto e longo prazo em 31 de dezembro de 2017, segregadas por Pessoas Físicas e Pessoas Jurídicas, e fomos informados que o Conselho não possui essas informações detalhadas. Como consequência, ficamos limitados de revisar adequadamente os saldos apresentados na data-base de 31 de dezembro de 2017.

### **Outros assuntos**

#### **Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior**

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outros auditores independentes que emitiram um relatório circunstanciado acerca dos controles internos e aspectos mais relevantes sobre aquelas demonstrações contábeis, datado de 29 de maio de 2017.

#### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Corretores Regional de Imóveis - 8ª - Região – Distrito Federal é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Gestão. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório de Gestão e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

#### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Corretores Regional de Imóveis - 8ª - Região – Distrito Federal continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis.

Os responsáveis pela administração do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Corretores Regional de Imóveis - 8ª - Região – Distrito Federal são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Corretores Regional de Imóveis - 8ª - Região – Distrito Federal.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Corretores Regional de Imóveis - 8º - Região – Distrito Federal. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Corretores Regional de Imóveis - 8ª - Região – Distrito Federal a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília-DF, 29 de novembro de 2018.

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S  
CRC DF-001326/O-4

Ricardo da Silva Farias Passos  
Contador CRC DF-015504/O-2